

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2024
(Mandato 2021/25)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024

CONTÉM 22 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2024 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2024, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h00.

Sumário

Páginas

ABERTURA	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	4
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES.....	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	13
ORDEM DO DIA	13
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO	13
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS À CIM.....	14
REGULAMENTO DO PROJETO DE COMPOSTAGEM	18
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	21
ENCERRAMENTO	22



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA

No dia trinta do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira secretária, e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, segunda secretária, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia dezasseis do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), Miguel Filipe Rocha Viana (PPD/PSD.CDS/PP); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Aqualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; -----

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes (PS); Marta Isabel Fernandes Almeida (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). -- -----

Registaram-se as faltas dos seguintes membros: -----

Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); -----

Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); -----

Amílcar Duarte da Cunha Ribas, presidente da UF de Formariz e Ferreira (PS); -----

Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da Junta da freguesia de Padornelo (PS); -----

Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende; -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães, que, nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

Substituições: -----

- Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF) foi substituída por José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF. -----
- António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães foi substituído por Carlos Fernando da Cunha Páris, tesoureiro da JF.-----
- Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da freguesia de Padornelo, foi substituído por Gorete Barreiro, tesoureira da JF.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O presidente da Assembleia Municipal (AM), verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada em 12-06-2024.-----

Submetida à votação a ata foi aprovada por unanimidade.-----

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita não participaram na votação: -----

----- Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); -----

----- Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV);-----

----- Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da freguesia de Infesta.-----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

Manuel Monteiro - PS: Disse ter estado hoje, pelas 17h00, presente na Assembleia intermunicipal da CIM do Alto Minho, em assembleia extraordinária para designação do novo secretário executivo da Comunidade Intermunicipal, cujo cargo se encontrava vago por demissão do anterior secretário executivo, sr. eng. Bruno Caldas.-----

Sob proposta do Conselho Executivo, que é constituído pelos dez presidentes de câmaras do Alto Minho, foi designado, por unanimidade, José Paulo Peixoto Queiroz para o exercício de secretário executivo da CIM Alto Minho.-----

Na votação da Assembleia, e no universo de trinta e um membros, obteve vinte e sete votos a favor e quatro contra.-----

Disse ter tido a oportunidade de ouvir do novo secretário executivo, numas breves palavras de apresentação, as suas preocupações e as expectativas da Comunidade Intermunicipal, relativamente a dois eixos centrais da atividade intermunicipal de todos os municípios. Os fundos estruturais, ou seja, todo o conjunto de dinâmicas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projetos e de candidaturas a que a CIM tem de dar resposta quer na sua elaboração quer sua concretização. E numa outra dimensão como são as novas competências que o conjunto de câmaras ou a própria Comunidade Intermunicipal venham a ter. Nesse sentido, são desafios que exigem do próprio secretariado executivo uma particular atenção para assessorar e dar toda a informação e dinâmica necessárias à transferência e concretizar todas as novas competências que virão a ser atribuídas às câmaras municipais ou à CIM. Tendo presente que a CIM Alto Minho tem tido, no universo do País, uma particular prestação na concretização de toda a dinâmica intermunicipal.-----

Finalizou dizendo que todos têm boa expectativa relativamente a este novo secretário executivo da CIM. -----

Ponto n.º 02 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e emissão de votos e moções.-----

Pelo Presidente da UF de Cossourado e Linhares, membro independente, foi apresentado um voto de pesar por: -- ---- -----

- Silvino Rodrigues de Sousa, presidente da Junta de freguesia de Linhares, eleito em 1982, que se anexa a esta ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante. ----- .

Pelo grupo municipal do Partido Socialista foram apresentados: -----

dois votos de pesar, aprovados por unanimidade em memória de: -----

- Vitorino de Sá Lourenço, presidente da Junta da freguesia de Parada, eleito em 1985 e 1989, que se anexa a esta ata como seu documento, e dela fica a fazer parte integrante.-----
- Floriano da Costa Ferreira, presidente da Junta da freguesia de Vascões eleito em 1985, e membro da assembleia municipal em 1989 e 1993, que se anexa a esta ata como seu documento, e dela fica a fazer parte integrante.-----

Em homenagem aos finados, foi guardado um minuto de silêncio.-----

Pelo Presidente da Junta da Freguesia de Moselos, Armando Alves Araújo, foi apresentado um voto de louvor, que foi aprovado por unanimidade:-----

- Pelo trabalho de todos os bombeiros neste período estival, e pela eleição de José Alves, para Presidente da Federação Distrital dos Bombeiros de Viana do Castelo, reforçando os votos de maiores felicidades e sucessos no desempenho da função, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

Celina Sousa – PCP/PEV: Apresentou uma moção sobre a proteção e a despoluição do rio Coura, tendo afirmado: “O rio Coura é um emblemático curso de água no norte de Portugal e desempenha um papel central no ecossistema local. Nasce em Paredes de Coura e junta-se às águas do Rio Minho em Caminha, numa extensão aproximada de 50 km, na qual atravessa os concelhos de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira e Caminha, serpenteando por uma paisagem rural e montanhosa, rica em biodiversidade e património cultural. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atravessa áreas de grande valor ecológico e paisagístico, como por exemplo, a praia fluvial do Taboão, conhecida pelo Festival de Paredes de Coura, áreas essas que estão dependentes de uma boa qualidade ambiental do rio. Relativamente à qualidade da água, existem e persistem as dúvidas. Ainda no final de julho do presente ano, a delegada de Saúde Regional Adjunta do Norte, dava conta que não existiam condições em termos de qualidade da água balnear, o que milagrosamente melhorou a 8 de agosto. -----

O rio tem vindo a ser alvo de problemas de poluição, sobretudo devido ao lançamento de efluentes domésticos e agrícolas não tratados, à deposição indevida de resíduos e ao impacto da atividade humana que comprometem, ao longo do tempo, a qualidade da água e o equilíbrio dos seus ecossistemas. -----

Visto que a poluição do rio Coura tem consequências prejudiciais para a saúde pública, para a fauna e flora aquática e para o desenvolvimento socioeconómico da região, afetando diretamente a população local, nomeadamente nas atividades de lazer, turismo e agricultura, torna-se essencial investir na sensibilização, proteção e despoluição das suas águas. -----

A 22 de setembro, assinalou-se o Dia Mundial dos Rios, uma efeméride, que serve para lembrar que a proteção e conservação das linhas naturais de água doce em Portugal, continuam à mercê da falta de coragem política para se fazer um investimento sério na resolução dos diversos problemas. -----

A CDU considera que é urgente encontrar uma solução definitiva para o grave problema da poluição das linhas de água do concelho de Paredes de Coura e que deve reunir esforços por parte do Governo e dos municípios que são atravessados pelo rio Coura. -----

É importante que este rio seja devolvido ao usufruto da população, sem correr risco de saúde e de forma a que possam usufruir dele em segurança. É importante que se tenha em consideração o restauro da qualidade ambiental, promovendo o seu potencial, enquanto recurso natural e cultural turístico de excelência. -----

Assim, tendo presente o constante debate público sobre a sustentabilidade e o caminho percorrido neste sentido, a Assembleia Municipal, reunida a 30/09/2024, propõe que sejam concretizadas medidas urgentes na proteção do rio Coura e seus afluentes, nomeadamente na criação de um processo de identificação dos infratores que insistentemente fazem descargas para o rio Coura, em toda a sua extensão. -----

Melhoramento das equipas de guarda-rios e tecnologias de vigilância que fiscalizem e protejam as margens do rio Coura. -----

Realização de um plano de sensibilização para a utilização das águas do rio Coura para que ninguém ponha em risco a sua saúde e propor ao Governo e às autarquias dos concelhos atravessados pelo rio, uma ação concertada e urgente para a implementação de um plano de despoluição e proteção do rio Coura, com particular ênfase na monitorização das fontes de poluição e na melhoria dos sistemas de tratamento de efluentes. -----

Presidente da Câmara: Disse que, de facto, faz sentido juntarem-se à proposta do Partido Ecologista os Verdes. De que têm um programa a decorrer, mas que não contempla todas as sugestões aqui mencionadas. No entanto, é um projeto em cooperação com alguns “ayuntamientos” da vizinha Galiza, chamado Green Gap e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vai ao encontro do que a porta-voz da CDU referiu. Passa pela instalação de sensores e tecnologias para identificar a origem dos focos de poluição que são motivo de preocupação das pessoas, dos turistas e dos pescadores, e é um trabalho coletivo em prol de um bem comum que todos devem proteger. O rio Coura é sem dúvida um dos rios mais bonitos de Portugal, no entanto a sua beleza não basta e é essencial que esteja em boas condições e cumpra todas as regras ambientais. -----

Que já fizeram a sua monitorização e conseguiram atenuar a situação, mas são necessárias atitudes mais drásticas, fazer mais investimento e utilizar tecnologia para, de facto, identificar a proveniência dos focos de poluição, porque as dúvidas recaíram em determinadas entidades que acabaram por constatar que foram acusadas injustamente. -----

Que na política como na vida é necessário ter factos e dados. -----

Portanto, vê com bons olhos todas as propostas que são positivas e apresentadas a esta Assembleia. Sabe que a decisão compete aos membros da Assembleia, no entanto, considera-a uma proposta válida. Que, de facto, o Rio Coura não é apenas uma preocupação do Partido Socialista, mas de todos os partidos. Por isso, todos os contributos apresentados no sentido de melhorar qualidade de vida e os recursos ambientais de Coura são sempre bem-vindos. -----

Manuel Monteiro - (PS): “Ouvindo o conteúdo e a fundamentação da proposta do Partido Ecologista os Verdes veio-nos à memória aquilo que é estarmos de acordo com todos os princípios, mas também nos veio à colação o que é a operacionalização dessas sugestões. -----

De facto, e sublinhando aquela que foi a argumentação do sr. Presidente da Câmara, nós devemos ter uma postura de cidadania relativamente a um bem comum que não é só um bem no sentido económico do termo, mas que também o é. E é um bem, no sentido simbólico, em termos de concelho e em termos de paisagem. É também um bem ecológico, ambiental e um bem social. Porque é aquele que, de algum modo, formata aquilo que é o ser de Coura. -----

De qualquer maneira, não pondo em causa a forma como se operacionalizam muitas das sugestões colocadas e usando o que é possível fazer com as novas tecnologias, a monitorização das atividades eventualmente ilícitas em relação aos focos de poluição, que são sempre mais visíveis no verão, é um elemento importante. -----

Mas eu gostaria, também, de realçar um outro aspeto que é aquilo que tem sido a nossa preocupação coletiva e aqui o município esteve sempre na linha da frente. A proteção da atividade humana em relação aos prejuízos que podem causar ao rio. Dito de outra maneira, o concelho tem hoje uma taxa de cobertura de saneamento básico importantíssima para a salvaguarda do próprio rio Coura, que é um fator importante relativamente à defesa daquilo que são os focos e pontos de poluição muito significativos para muitos cursos de água. Dizer também que é um trabalho coletivo e, nesse sentido, estaremos sempre de acordo em que o pivô das ações principais tenha de ser sempre o município. Porque tem capacidade de fazer, mas também a cidadania tem um papel importante para a salvaguarda de todo o conjunto que corresponde ao sistema hídrico e ao sistema ecológico que o rio Coura representa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, nós estamos de acordo com esta moção e não teremos nenhum problema em votá-la favoravelmente.

Celina Araújo – PCP/PEV: Disse que a questão da monitorização do rio quer pelo reforço tecnológico, quer pelo reforço humano não é assim tão utópica. Que estão a proteger um bem comum e o que importa é que estejam unidos na defesa do rio. -----

Outra questão que frisou e que considerou muito importante, apesar de a considerar um pouquinho utópica, foi a de sensibilização da população em geral, para perceber que o rio Coura é um bem que todos devem defender.-

Submetida à votação a moção de proteção e despoluição do rio Coura, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, sendo 21 do PS, 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP, 2 do PCP/PEV e 1 Independente e 1 voto contra de Joaquim Felgueiras Lopes, com declaração de voto, recordando uma situação idêntica que aconteceu há cerca de seis ou oito anos, e que, no entanto, no ano corrente o Festival de Paredes de Coura reuniu mais de cem mil pessoas e a praia fluvial tem sido elogiada pelas pessoas que acorrem e frequentam esse espaço. Assim, considerou a moção injusta e declarou o seu voto contra. -----

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Apresentou um mapa de dados estatísticos, relativo ao CEN – Viana do Castelo, que distribuiu pela Assembleia, com dados comparativos do concelho de Paredes de Coura, do Alto Minho (NUT III), do Norte (NUT II) e de Portugal e propôs que, mediante os dados do mapa, a Assembleia identificasse, no âmbito da economia do distrito de Viana do Castelo, os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades, as ameaças, e sugerisse propostas de ação que o Governo possa implementar para apoiar cada concelho, contribuindo assim para ultrapassar desafios e melhorar as condições de vida de cada uma das localidades.-----

Referiu ter noção da situação dos pontos enumerados, mas queria lançar o desafio à Assembleia para que se pronunciasse e discutisse sobre essas questões. -----

Do conjunto de indicadores identificados no mapa, disse ressaltarem uns positivos e outros negativos. De que em Paredes de Coura é negativo o índice de poder de compra, mas é muito positivo, a seu ver, a percentagem de cinco por cento das empresas da indústria transformadora que respondem por cinquenta e dois por cento do volume de negócios das empresas totais e que essas representam quarenta e sete por cento das exportações que o concelho faz. -----

Outro dado positivo que apontou, por aquilo que o próprio dado evidencia, foi que o emprego, em empresas com menos de nove trabalhadores, face ao emprego em empresas com mais de duzentos e cinquenta trabalhadores, é muito acima daquilo que são os dados do Alto Minho, do Minho e do País. E de que este dado revela, essencialmente, que Paredes de Coura tem um emprego mais qualificado do que a generalidade do Alto Minho.-----

Um fator negativo que indicou foi o da população de Paredes de Coura com mais de 65 anos ser superior, ligeiramente superior, face ao Alto Minho, mas significativamente superior, relativamente ao Norte e a Portugal.

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse estar surpreendido com o facto de haver mais alunos de Paredes de Coura a estudar fora do concelho do que aqueles que vêm de fora para Paredes de Coura e com a taxa bruta de escolarização, onde Paredes de Coura é o único, nas quatro variáveis constantes do mapa de dados estatísticos, abaixo de 100%. -----

Outra questão que disse preocupá-lo e que considerou ser uma das propostas de ação tem a ver com o número de médicos por habitantes em Coura, ser significativamente inferior ao resto. -----

Referiu que estes dados estatísticos estão publicados, mas o que o surpreendeu é que pensava serem piores.---

Outro dado que não estava tão mal quanto esperava foi o número de edifícios licenciados por mil habitantes e outro dado que o surpreendeu, negativamente, foi o valor dos proveitos dos alojamentos turísticos ser cinco vezes inferior ao Alto Minho, por habitante. -----

Paredes de Coura tem, ao contrário de Portugal, mas que é característica do Norte e está vincada no concelho e provavelmente será reforçada, é a taxa de cobertura das exportações ser de cento e vinte e cinco por cento face às importações. -----

E, um outro fator que, apesar de tudo, ainda evidencia alguma necessidade de aumentar a captação de empresas é o número de pessoas, ao serviço das empresas, sobre a população residente, ser ainda muito inferior àquilo que é a média nacional. -----

Finalizando disse ser esta a base de partida para discutirem as ações que gostaria que fossem incluídas na ação do Governo para promover a melhoria e bem-estar de todos os courenses. -----

Presidente da Câmara: Agradeceu a oposição construtiva porque, apesar de o trabalho apresentado ter alguns aspetos negativos, foram tecidos rasgados elogios ao trabalho feito pela Câmara Municipal e demonstrou que podem fazer melhor, mas que estão no bom caminho. -----

Relativamente às exportações, disse que irão aumentar, que de facto poderiam ser ainda melhores, mas que além das novas empresas no território, o município tem incentivado para a mudança de sede fiscal de algumas empresas para Paredes de Coura, pois muitas ainda se encontram registadas noutros concelhos. -----

Reconheceu que há fragilidades que são comuns a muitas instituições, mas agradeceu os indicadores apresentados, que considerou encorajadores bem como a avaliação positiva do trabalho realizado. -----

Manuel Monteiro – PS: Agradeceu ao porta-voz do Grupo do PSD, pela capacidade que teve em mobilizar a Assembleia para o grupo de estudos do PSD. -----

Disse desconhecer o que é o CEN. Se é uma entidade pública ou uma entidade partidária. De qualquer maneira são indicadores que considera irrefutáveis porque corresponderão a indicadores fiáveis e a indicadores que poderão ser comprovados. -----

De qualquer forma, tendo a NUT III correspondido ao Alto Minho, se tivesse apresentado o conjunto de indicadores dos concelhos do Alto Minho, teriam um panorama diferente, considerando que nas estatísticas há três espécies de leitura da realidade, a verdade, a mentira e as estatísticas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De qualquer maneira, disse que iria tentar ver se há alguma coisa de significativo para que possam dar contributos em termos de discussão. Porque o grupo de estudos do PSD tem, provavelmente, uma leitura própria, ou seja, uma leitura com determinado tipo de óculos que são os óculos sociais-democratas ou os óculos liberais ou neoliberais que estão a dominar neste momento. E que os socialistas têm, também, outros óculos para verem a realidade. -----

Nesse domínio, disse ter ouvido, do Dr. José Augusto, um aspeto positivo que é o referente ao número de empresas da indústria transformadora que estão muito perto, pelos indicadores que apresenta, de 5% e de que andam perto da média dos outros três indicadores relativamente do Alto Minho, ao Norte e ao País. -----

Por outro lado, podia ter falado, por exemplo, nas despesas de ambiente por habitante que estão bem acima da média nacional, nas despesas em cultura e desporto por habitante, que estão bem acima da média nacional. Portanto, se quiser fazer apenas essa leitura, porque perante estatísticas fiáveis, podem também ter só a leitura da economia. E a leitura da economia permite-nos fazer uma leitura dessa realidade. Podem dizer que é com dinheiro que se compram os melões, mas se tiverem uma leitura exclusivamente centrada na economia, então tudo é comercializável e volta-se ao Rio Coura e dizem: desde que dê dinheiro, não há problema nenhum. Mas não é isso que querem, como se verificou com a aprovação da moção. Querem que seja um bem simbólico, um bem económico, um bem paisagístico e um bem social. Portanto, em toda a realidade podem ver sempre muitas coisas. --- -----

Assim, para colaborar numa análise SWOT, com a estrutura partidária, se for convidado pessoalmente, até se calhar, desafiará o grupo municipal para colaborar. Numa sessão da Assembleia não parece muito plausível chegar a um consenso, tendo em conta que uma Assembleia Municipal discute opções e discute visões sobre o concelho. -----

Outro exemplo que pode ilustrar um aspeto negativo é a taxa bruta de escolarização. Será que é a capacidade de atração da EPRAMI que motiva alunos de fora do concelho a estudar em Paredes de Coura? Ou será que é necessária uma visão mais dinâmica sobre a oferta escolar que o concelho consegue oferecer em função da dimensão da escola secundária local em que os alunos têm de procurar alternativas em outras escolas da região? --- -----

Portanto, há muitos outros aspetos que se podem pôr em causa e há muitas justificações que se podem encontrar para essa realidade. Por exemplo, proveitos de alojamento turístico por habitante. Aspeto que não surpreende, sabendo que os alojamentos turísticos têm uma capacidade de atração sazonal que não é compatível com a capacidade de atração anual que têm, por exemplo, o Porto ou o continente em termos de hotéis. Portanto, estas leituras, como é que se fazem? Há os hotéis de Lisboa, do Porto, do litoral, das cidades a entrar nesta estatística das NUTS e do continente. E depois temos uma micro oferta turística dentro da dimensão nacional, que é importantíssima para o concelho e que para a dinâmica da economia local é fundamental, mas depois se fizermos uma extrapolação para o que é que isso representa em termos nacionais, não chega a 40%. Assim, o que é que fazem com isto? Se é um indicador negativo ou é um indicador muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

positivo ter já uma capacidade que representa na média nacional, 40%, mas que para a economia local é fundamental e tem muita importância na dinâmica local da economia. -----

Portanto, disse reconhecer o desafio, mas não saber exatamente quanto ao contributo que devem dar, até porque parece que esta orientação veio de uma estrutura partidária sugerindo exatamente o oposto do que deveria ser feito. É papel da Câmara, poder legítimo, proveniente diretamente da escolha da população, expressar ao Governo as suas intenções e necessidades. Não parece que seja adequado pedir ao Governo que nos diga o que fazer. -----

Portanto que há um poder legítimo, democraticamente eleito e é dele que as decisões devem emanar. Naturalmente, se o Governo estiver disposto a colaborar, como todos os governos costumam fazer com aqueles que são legítima e democraticamente eleitos, estarão disponíveis para isso. -----

Finalizou dizendo que, não parece, salvo melhor e mais informação, se deva participar efetivamente neste trabalho. -----

Celina Araújo – PCP/PEV: Disse que, ao olhar para a grelha, reparou imediatamente no número de médicos por habitante, mas depois refletiu sobre o facto de Paredes de Coura não ter um hospital central, ao contrário de outros concelhos, zonas ou mesmo do país, que talvez justifiquem essa proporção. Mencionou que, até onde sabe, o número de médicos é atribuído com base no número de habitantes. Por isso, sugeriu que, ao falar com o Primeiro-Ministro Luís Montenegro, fosse pedida uma revisão na atribuição da taxa de médicos de acordo com a população, ressaltando que essa decisão não cabe à autarquia, mas ao governo. -----

José Augusto Sousa: PPD/PSD-CDS/PP: Disse que o objetivo da intervenção não era comparar Coura com ninguém e por isso é que os dados dos outros concelhos não constam do mapa. De que Celina Sousa havia entendido bem qual era o objetivo, pelo menos num dos indicadores. -----

Ao contrário dos governos do passado, que não gostavam de ouvir, que não eram humildes, este Governo quer ouvir toda a gente e, por isso, propôs um grupo de trabalho. Ora, esse grupo de trabalho decidiu trazer o assunto à Assembleia Municipal com o intuito de o discutir e definir uma proposta de ação. -----

Disse estar de acordo com Celina Sousa. Os critérios têm de ser revistos pois o Alto Minho representa todos os concelhos da região, e não apenas Viana. E verifica-se que, em algumas áreas, Paredes de Coura está em desvantagem e isso não se relaciona diretamente com o trabalho da Câmara. Portanto, devem pedir o reforço do número de médicos nos concelhos de menor densidade populacional. -----

E há outras ações que deveriam discutir. Se faz sentido ou não a redução da taxa de IRC nos concelhos de baixa densidade. Se faz sentido ou não reduzir a taxa de IRS nos concelhos de baixa densidade. Se faz sentido ou não reforçar o que já existe de incentivos ao emprego de quadros altamente qualificados. -----

Não viu ninguém discutir esses aspetos. E lendo a qualidade dos indicadores que constam do mapa, revelam que, apesar de Coura já ter um padrão de quadros mais qualificados do que o resto do Alto Minho, deve apostar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda mais nessa área para captar gente para o concelho. E, se devem ou não ser criados ainda mais mecanismos para aumentar a habitação e para responder à procura de habitação. E isso não viu discutido, disse. -----

Disse ainda que não foi apenas um indicador que referiu ser positivo, disse quatro ou cinco, que disse, até, mais indicadores positivos do que negativos, como, aliás, o sr. Presidente da Câmara reconheceu. -----

Às vezes, olha-se para isto e veem-se truques na manga. Não. Disse que gostaria de ver uma discussão acesa e a Assembleia é um órgão de discussão dos temas e problemas de Coura, não apenas para dizer sim ou não ao Presidente da Câmara quando apresenta o orçamento, ou então, não estão aqui a fazer nada. Nem sequer é justificável ter uma Assembleia Municipal se ela não for para discutir e para colocar aquilo que pode ou não ser do interesse de Paredes de Coura. -----

Referiu ainda que gostaria de saber se reconhecem qual é o ponto forte e o ponto fraco, mas o objetivo da proposta não era esse, mas sim o tipo de ação que gostariam que fosse feito para ajudar a Câmara Municipal, esta ou a que estiver e quando isso acontecer se acontecer, porque também já sabem que muitas vezes há muita boa vontade e depois, na prática, não é nada sobre aquilo que deve ser o trabalho do Governo ao nível dos locais de menor densidade e de que não viu essa disposição, pelo que, na sua opinião, se perdeu uma oportunidade. -----

Finalizou dizendo que tinha um conjunto de propostas que queria apresentar, mas gostaria de ver se as poderia melhorar com a intervenção da Assembleia. -----

Manuel Monteiro – PS: Disse não querer ser maldoso, mas acredita que em termos de metodologia, não é eficaz trazer uma grelha estatística para a Assembleia Municipal e imaginar que conseguem criar um plano de ação que se discutiria em apenas quinze dias ou um mês. Em termos metodológicos, não é assim que se trabalha. De qualquer maneira já acrescentou mais alguns dados, de que, afinal, é para territórios de baixa densidade. -----

Portanto, sendo para territórios de baixa densidade, quanto ao IRC e ao IRS, já têm a visão deste mundo particular de Paredes de Coura, que já é antiga. Já sabem o que é que o PSD defende para o IRC e que o PS não quer. Já sabem o que o PSD defende para o IRS e que o PS nunca aceitou, e, portanto, agora parece haver uma evolução ou terá entendido mal. E fará sentido, para os territórios de baixa densidade, propor a redução do IRC e do IRS, questionou. -----

Foi isso que eu ouvi, não? Foi o que vocês ouviram? Se calhar vem ao nosso encontro, que é para os territórios de baixa densidade, já há muitos anos, e justificamos sempre porquê, defendemos que manter a taxa de IRC que é proposta e manter a taxa de IRS, é assim que criamos uma sociedade e uma comunidade local mais coesa, mais igualitária, mais equilibrada, em que aqueles que têm mais algum rendimento possam contribuir para ajudar aqueles que têm menos rendimento. -----

Penso que seja essa a evolução que vocês tiveram, o que é ótimo e que nós saudamos. -----

Em relação aos outros indicadores, se nós tivermos aqui um trabalho com uma metodologia diferente em que possamos participar: densidade populacional, indicador do poder de compra para quem tem uma pirâmide etária em que a população ativa é menor que a população acima dos 65 anos, e sabendo que a nossa população



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acima dos 65 anos vive de reformas pequenas, pois que na generalidade, se formos ver o rendimento médio dos pensionistas de Paredes de Coura, se calhar é bem abaixo dos mil euros. -----

Portanto, não podemos pedir ou conseguir um índice de poder de compra de um momento para o outro que faça o contrário de Lisboa, Cascais, Porto ou Maia ou até Bragança ou até Viana ou até Vila Real. Não pode. ----

De qualquer maneira, este é o indicador demográfico que temos. Temos o índice de envelhecimento que temos e isso são constrangimentos que na análise SWOT que nos propunha, seria uma fraqueza. Mas é com essas fraquezas e em função das forças que temos conseguido mobilizar que, internamente no concelho, a Câmara Municipal tem conseguido alavancar. É com isso que hoje temos indicadores positivos que são também, no todo nacional, reconhecidos como um território de qualidade, ambientalmente, culturalmente, socialmente e no emprego, na indústria e com melhores ligações rodoviárias.-----

Podemos melhorar, temos capacidade para o fazer, todos os governos municipais têm acrescentado mais um indicador positivo. Estamos nesse caminho e podemos melhorá-lo sempre.-----

Agora concluindo, para o grupo de estudos do PSD se nos pedirem a opinião noutro fórum, noutro momento penso que não é numa Assembleia Municipal, estamos disponíveis.-----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpeleções ao presidente da Câmara Municipal.-----

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

Presidente da Câmara: Relativamente à parte escrita, disse ser clara. Quanto à parte financeira que a considera a mais importante, reafirmou o que tem vindo a dizer, uma Câmara tem de ter capacidade financeira, porque só assim é que consegue escolher o seu destino. Continuam com contas boas, com contas certas, o que considera essencial, até porque nos tempos de incerteza que correm, onde há guerras de que não se prevê o desfecho e a descida das taxas de juros que já suscitou os primeiros sinais de inflação. Assim, entende que terem cuidado com as contas públicas e terem capacidade financeira é prudente e sensato e de que continuarão a seguir nesse caminho.-----

Celina Araújo – PCP/PEV: Questionou o Presidente da Câmara sobre a frequência gratuita do parque de caravanas, nomeadamente quanto ao consumo de eletricidade e água, o que parece um bocadinho injusta para quem cá habita que tem de pagar a sua conta da luz e da água. Que a entrada não seja cobrada, até concorda, mas nomeadamente a eletricidade e a água, entende não ser muito justo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: explicou que inicialmente, o parque de caravanas estava prática e continuamente vazio, pelo que decidiram abri-lo sem cobrar taxas para atrair visitantes e incentivar o hábito de frequentá-lo. -----
Agora que se verifica o aumento de visitantes e caravanas já faz sentido que futuramente se passem a cobrar taxas que cubram as despesas, visto que muitos dos visitantes terão condições de pagar e assim aliviar o custo do erário público.-----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS À CIM

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta relativa à delegação de competências atribuídas à CIM Alto Minho, no que respeita ao sistema de mobilidade e ao serviço público de transporte de passageiros.

Presidente da Câmara: Disse que esta decisão pretende reforçar as competências da CIM no serviço público de transporte de passageiros.-----

Numa primeira fase pretende-se centralizar, sobretudo, o controlo da execução do contrato numa só entidade com o objetivo de promover melhor coordenação e até tornar o serviço mais ágil. E, com o reforço das competências na CIM, estão a contribuir para simplificar o processo concursal, que até agora era muito complexo e afastava potenciais candidatos. -----

Antes, havia onze entidades adjudicantes e onze contratos a celebrar, o que, num concurso público, frequentemente levava os concorrentes a considerarem a gestão de onze entidades e contratos como praticamente inviável. E por esse motivo é que o concurso anterior caducou porque ficou apenas um concorrente que posteriormente não conseguiu apresentar todos os documentos necessários e cumprir todos os requisitos e todas as cláusulas para o contrato. -----

E naturalmente, com este reforço na CIM, que não vão colocar todos os objetivos unicamente nas mãos da CIM e embora ela supervisione, oriente e administre a execução do contrato em várias áreas, há sempre uma consulta contínua aos municípios. -----

Foi um assunto que foi debatido inicialmente e considerou-se sempre adepto da escala. Foi um dos poucos presidentes na defesa da centralização do processo concursal na CIM. Alguns municípios preferiram não o fazer porque achavam que podiam estar a perder alguma autonomia, só que não, a entidade que irá gerir o contrato é naturalmente a CIM, no entanto, será acompanhado pelo IMT e naturalmente que todas as decisões que possam acarretar custo acrescido ou seja, decisões que impliquem mais investimento, todo esse trabalho será feito em parceria e com transparência. -----

Todos os esclarecimentos e explicações sobre os detalhes do contrato serão apresentados aos municípios. -----
Pensa que, com a simplificação do processo, haverá mais concorrentes o que irá tornar o concurso mais simples e, sendo um dos princípios da contratação pública, estão a abrir a concorrência a mais interessados e eventualmente, a conseguir melhor preço. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao reforçar as competências da CIM não significa que estejam a perder o controlo sobre o processo ou que não sejam consultados em decisões de maior exigência ou de maior gravidade. Portanto, acha que este é o caminho certo e que já o vem defendendo desde início. -----

Inicialmente esse entendimento não foi partilhado por todos os municípios, mas acabaram por concluir que, até noutras áreas, esse será o caminho. Seria bom que fosse alargado à energia e a outros serviços, porque havendo escala há também o princípio da solidariedade, ou seja, permite juntar recursos e aumentar a capacidade de investimento e possibilita que os municípios mais ricos possam, de certo modo, ajudar os que enfrentam mais dificuldades. -----

No início esta ideia de solidariedade não foi entendida, mas chegaram à conclusão de que, também para benefício dos que têm mais capacidade, este é o caminho a seguir. -----

Celina Araújo – PCP/PEV: “É-nos hoje apresentado um novo contrato interadministrativo de delegação de competências com a CIM Alto Minho relacionado com o sistema de mobilidade e serviço público de transportes de passageiros. Relembramos que a recente anulação do concurso público para o serviço de transporte de passageiros no Alto Minho, pela segunda vez, expõe uma opção errada ao nível de política de mobilidade, com graves prejuízos para as populações de Paredes de Coura e da região. -----

Mais do que lamentos e responsabilidades sacudidas entre organismos e governantes, podemos dizer que se a CIM Alto Minho à qual o processo foi delegado é a mãe deste falhanço, os pais serão cada um dos dez presidentes de câmara do distrito. -----

Numa região já afetada por carências graves a nível de mobilidade e da rede de transportes públicos, o adiamento deste concurso para 2025 agrava ainda mais a situação. Traduz ainda mais oportunidades perdidas de acesso a fundos importantes destinados à redução da tarifa e à renovação e ampliação da rede de transportes, no âmbito dos programas de Estado pelos quais a CDU se tem debatido durante anos e que permitiu a criação de passes de transporte a custos reduzidos, em várias regiões do país. -----

Já há bastante tempo que defendemos uma política que priorize a promoção de transportes públicos, defendendo sempre o bem-estar das populações e do ambiente sobre os interesses de negócios pontuais. Defendemos a criação de um operador público regional de transportes públicos, devidamente capacitado e com a necessária articulação intermunicipal. -----

Concordamos que a política de transportes exige uma articulação supramunicipal, mas não podemos votar favoravelmente um novo contrato de delegação de competências na CIM que, embora não exclua a possibilidade, não garante que se tenha aprendido com os erros dos últimos anos, nem dos municípios nem da Comunidade Intermunicipal. -----

Deste modo, a CDU abstém-se nesta votação”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa: PPD/PSD-CDS/PP: Expressou que já desde 1987 defende a descentralização do poder e considera que os serviços são mais eficazes quando geridos localmente, com menos recursos e mais próximos do nível em que se estão a prestar. -----

Assim, disse não poder concordar com a ideia de centralização da contratualização do transporte na CIM para Paredes de Coura, pelo que considerou um retrocesso em relação ao que sempre tem defendido e ao que muito das diversas bancadas têm defendido. -----

Manuel Monteiro - PS: Disse vir comentar a posição do PSD que considerou estranha, e a do PCP que se entende, considerando que tem sido sempre coerente nesse domínio, quando vem propor a entidade pública para fazer uma empresa de transportes públicos. -----

O PS não fala em descentralização, fala em delegação de competências. O que nos estranha é que vindo de um economista, como é que não entende a dimensão de escala e que tenha aqui de dar uma cambalhota para dizer que não concorda porque estamos a recentralizar. Isto quando se falou da agregação de freguesias, se calhar não teve este argumento. -----

Falou-se na escala, pois é, a escala e a história dos concursos assim o determinaram e assim o exemplificou que, de facto, a escala supramunicipal é uma escala mais adequada. Pois estaremos a trabalhar num universo de eventuais utentes desse serviço público de duzentos e cinquenta mil habitantes, sendo que, uma boa parte destes habitantes moram em concelhos de baixa densidade, em lugares de difícil acesso e em que os transportes públicos para uma oferta equilibrada que sirva as pessoas não é fácil de operacionalizar. E, não sendo fácil de operacionalizar, aquilo que vimos foi que em dois concursos lançados pela CIM no contexto que estava criado, em que havia onze entidades a subscrever um contrato que não pareceu operacionalizável e por isso ficou quase deserto. Aliás, o primeiro ficou deserto, o segundo teve um concorrente que depois acabou, como aqui foi dito, por não demonstrar capacidade de operação. -----

Ora, aquilo que se propõe é recentralizar e criar escala. E criando escala provavelmente também, como foi argumentado e como foi defendido pelo Conselho Executivo da CIM, será possível ter mais concorrentes, eventualmente, melhor preço, eventualmente melhor operação que sirva o conjunto de habitantes do Alto Minho. E nós sabemos, que, mesmo dando o exemplo de Paredes de Coura, uma freguesia como Insalde ou Porreiras, provavelmente não têm o mesmo acesso a transportes públicos do que tem, por exemplo, a freguesia de Cossourado. -----

Quer dizer, as limitações geográficas são estas e sabemos que um transporte público pode tentar servir todos, mas servindo alguns de maneira diferente. -----

Portanto, o que nós estamos aqui a ver não é essa dimensão. A centralização aqui não é uma questão política, é uma questão de operacionalização de um concurso que vá concretizar um serviço público de transportes. Não tem nada a ver com centralização, com uma dimensão política ou ideológica, que é o Estado central delegar competências nos municípios ou o município delegar competências na Junta de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, não fazemos essa confusão, porque o que aqui está em causa é criar uma escala em que uma entidade tenha capacidade de estabelecer um contrato público com entidades, empresas que sirvam as populações e que seja conseqüente nessa operação.-----

José Augusto Sousa: PPD/PSD-CDS/PP: Na campanha eleitoral concelhia, muito antes da intervenção da *troika*, cuja implementação foi responsabilidade exclusiva do Partido Socialista, antes mesmo de 2009, já havia uma proposta do Dr. António Costa, para reduzir o número de freguesias. Contudo, o protocolo foi assinado pelo PS perante a *troika*, que obrigou o Estado português a avançar para essa redução. Agora, o PS teve a oportunidade de reverter algumas dessas situações, mas ainda não apresentou nenhuma proposta de alteração a esta Assembleia. Deve ser por estar satisfeito com a situação. Este é o primeiro ponto, disse. -----

Quanto ao segundo ponto tem a ver com as economias de escala, mas, neste sentido, quer defender a Comunidade Europeia que gera muito mais economias de escala, que venha fazer o concurso para resolver os transportes de Insalde ou de Cossourado ou de Cunha ou de outro lado qualquer do concelho. É uma questão de escala. E porque a escala é maior pode ser que resolva o problema dos transportes escolares e dos transportes das pessoas de Vascões até São Martinho de Coura. -----

E quanto à concentração, que é uma tendência muito forte da esquerda, onde o Partido Socialista se inclui, referiu o exemplo da última concentração, o processo da ADAM, com a centralização das águas. Devem estar felicíssimos, está a correr tudo bem, as pessoas estão mais bem servidas. Continuem com a concentração. -----

Eu já ouvi algumas declarações da Ministra do Ambiente, mas eu apenas sou membro da Assembleia Municipal de Paredes de Coura. -----

Disse não trazer sugestões, apenas perguntou se a Assembleia tinha sugestões. Que não vem mandatado, é um trabalho que tem que fazer e que deu a oportunidade de discussão à Assembleia, porque é o seu trabalho. Portanto, continuem com a concentração e daqui a pouco a Câmara decide concentrar as juntas e depois em vez de ter dezasseis, têm uma. E, em vez de terem dez Câmaras, passam a ter uma CIM. Vamos ver o caminho que leva. Não há de haver muito que com a alternância no poder, o PS esteja mais uma vez na concentração. -----

Assim, na minha opinião, estamos a voltar atrás, estamos a perder competências para resolver com menos recursos, uma dificuldade que nós, melhor que ninguém, conhecemos, referiu.-----

Presidente da Câmara: Destacou que o debate estava descentralizado e que não se limita apenas à dimensão de escala, mas é também a uma questão de solidariedade. Que é necessário pensar num sistema de transporte que combine eficiência com uma gestão sustentável. -----

E para isso é necessário que as linhas de Viana do Castelo e de Ponte Lima, que são linhas rentáveis, subsidiem as linhas do Soajo e de Paredes de Coura. Mas, para atingir esse patamar de solidariedade, obviamente que tem de haver escala. -----

Considerou que todas as ideias são respeitáveis, no entanto se analisarem os dados numa folha de excel e estruturarem um plano de negócios, concluem que não é viável nem muito menos eficiente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na Assembleia, às vezes, parece que os papéis se invertem, que o PSD parece o Partido Socialista e enquanto a Câmara parece o PSD, que gosta de rigor nas contas, de eficiência. Às vezes a Assembleia parece ao contrário. -

Disse reconhecer que haja uma certa tentação, entre os que estão na Assembleia, de serem menos rigorosos com as contas públicas e de que até defendam que cada Município tenha o seu próprio sistema de transportes, mas isso levaria à ineficiência e ao colapso financeiro. -----

É preciso consolidar, ganhar escala e criar um sistema global e intermunicipal onde as linhas mais rentáveis e com maior número de passageiros possam ajudar a custear os percursos menos rentáveis, por falta de utentes, apesar do esforço de sensibilização. -----

Se estiverem atentos percebem que passaram de um sistema de transporte viável e lucrativo, operado por grandes companhias de transportes com muitos lucros para um mundo rural de baixa densidade populacional, onde quase todas as linhas acabam por ser deficitárias. -----

Ora, se no nosso distrito complementarmos as linhas que dão lucro para suportar os custos das linhas que são deficitárias, aí estamos a fazê-lo através de escala. E o princípio maior que deve existir e deve suportar uma comunidade intermunicipal é a solidariedade entre municípios. E o tempo de cada município por si, no seu egoísmo e que não olhava para o lado já passou e por isso não é uma questão de perder competências ou de descentralizar competências, mas uma questão de viabilidade económica e de eficiência financeira, em que umas linhas possam custear aquelas que têm menos utentes. Portanto, é uma questão de solidariedade. -----

No entanto, e por fim, também considerou que todas as posições que foram descritas são respeitáveis. -----

Foi deliberado, por maioria com 28 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 votos do PPD – PSD/CDS-PP e 1 independente, 3 votos contra do PPD-PSD/CDS (José Augusto Sousa; Miguel Filipe Rocha Viana e João Manuel Dias Carvalho) e 2 abstenções do PCP /PEV autorizar a revogação do contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências, relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, celebrado, com a CIM Alto Minho, em 30/11/2018; e a celebração, com a CIM Alto Minho, de contrato interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, nos termos da minuta aprovada em reunião do executivo municipal de 12/09/2024. -----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

REGULAMENTO DO PROJETO DE COMPOSTAGEM

Ponto nº 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de regulamento do projeto de compostagem do concelho de Paredes de Coura. -----

Presidente da Câmara: É imperativo de qualquer município tentar fomentar práticas mais ecológicas, não só, mas também, do ponto de vista económico. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A taxa de gestão dos resíduos é cada vez maior e a tendência é para subir e não faz sentido que todos os resíduos cheguem à VALORMINHO. É água, é peso, é material que depois de sujeito a compostagem pode servir como fertilizante. -----

Grande parte da população continua a tratar os resíduos domésticos como matéria indiferenciada, sendo por isso necessário promover a separação dos biorresíduos de forma a abrandar as taxas de gestão dos resíduos, além de contribuir para um mundo mais sustentável.-----

A implementação deste projeto piloto que vai abranger bastantes famílias tem um período de duração de três anos, com ações de sensibilização para todas as pessoas. -----

As condições estão todas vertidas no regulamento, sendo a admissão através de inscrição. Na primeira fase não será possível atribuir compostores a todas as pessoas e, de acordo com o regulamento, os candidatos têm de ter um jardim ou uma horta a fim de utilizarem a compostagem como fertilizante. -----

O projeto será financiado a cem por cento e o valor obedece a um critério de dimensão populacional. Mas o objetivo do projeto é, sobretudo, educar as pessoas e contagiar os mais novos sobre as questões ambientais com ações de sensibilização nas escolas e, caso o financiamento do projeto não seja aprovado, o Município está disposto a avançar com o investimento porque esse é o caminho.-----

Já percebemos que os negócios ligados ao meio ambiente promovem sustentabilidade, aumentam a biodiversidade e são economicamente mais viáveis. -----

Nós não queremos salvar o mundo, não temos essa veleidade, mas queremos, através deste projeto, que as pessoas tomem consciência de que o caminho que temos seguido não é o melhor. O caixote do lixo não pode ser o recipiente para onde vai tudo. Temos de começar a separar e temos de começar a ter preocupações mais ecológicas. -----

Por fim, e como já o fez em outras assembleias, manifestou o seu desagrado com a atitude de pessoas que deixam o lixo ao lado dos contentores quando estes estão cheios, em vez de procurarem outros menos cheios. Apesar do bom trabalho do Município na distribuição de contentores e na recolha de resíduos, a colaboração dos cidadãos é essencial. -----

Destacou que, se todos contribuírem estarão a ajudar na construção de um mundo mais sustentável e, ao mesmo tempo, a poupar recursos públicos, beneficiando a população. Salientou ainda que a responsabilidade dos políticos é gerir esses recursos com eficácia e se todos colaborarem, todos irão beneficiar desses resultados.

João Carvalho – PPD/PSD-CDS-PP: As questões ambientais são muito importantes. O mundo precisa de se reinventar e criar um estilo de vida mais sustentável. Apoiamos, por isso, esta iniciativa votando favoravelmente. Aproveito o tema ambiental em discussão para falar também sobre as florestas e a sua proteção. É um facto, bem estabelecido, que as florestas estão intrinsecamente ligadas na luta contra as mudanças climáticas e absorvem e agem como sumidouros globais de carbono. Esse motivo, só por si, seria suficiente para que as florestas fossem protegidas, mas acresce também o seu grande valor económico. Muitos de vós podem, ainda, não o saber, mas a madeira será o material essencial de construção do século XXI, porque é o único que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

renovável. A indústria de construção produz atualmente trinta e nove por cento das emissões de carbono. A produção de betão e aço, da qual dependemos nos últimos cento e cinquenta anos para construir cidades, é uma das principais causas da atual crise de CO2 no mundo. -----

O nosso frágil planeta está desesperado por alternativas sustentáveis. Uma das melhores opções é a madeira. Mesmo sendo o material de construção mais antigo do mundo, a madeira é o futuro. Ao longo da história, as pessoas sempre usaram a madeira na construção e este material sobreviveu aos séculos sem nunca perder o seu brilho. -----

O carbono continua retido na madeira, mesmo depois da árvore ser cortada e assim se pode manter por dezenas de anos. -----

Novas árvores devem ser plantadas para substituir as cortadas. Exige-se que a madeira só possa ser extraída de florestas geridas de forma sustentável, tendo como garantia o não esgotamento desse recurso natural. Uma floresta jovem consegue reter mais carbono do que uma floresta antiga, pelo que a renovação da floresta deve ser promovida. -----

O pilar social e económico da sustentabilidade na construção em madeira é crucial para: -----

Criar um impacto positivo nas comunidades e economias locais; -----

Incentivar a formação profissional e a inovação; -----

Promover o emprego qualificado; -----

Preservar o património cultural; -----

Melhorar o bem-estar e responder às necessidades de habitação a preços acessíveis. -----

O Alto Minho tem um grande potencial no setor madeireiro, o Município de Paredes de Coura deve por isso, tomar medidas para fomentar a silvicultura. Deve facilitar e promover o investimento em serrações e fábricas de madeira laminada cruzada (CLT), material fundamental para as novas construções em madeira, capaz de substituir o betão e o metal, mesmo em edifícios de grande altitude. -----

É muito valorizado o facto de a madeira ser extraída de florestas sustentáveis próximas das fábricas. O transporte da madeira por camiões a gasóleo poluentes tem um custo para o ambiente. Algumas empresas limitam a cem quilómetros a distância máxima entre o ponto de abate das árvores e a serração. -----

Paredes de Coura está numa zona rodeada de floresta, tem condições de excelência para atrair investimentos no setor madeireiro. -----

Celina Araújo – PCP/PEV: Relativamente à compostagem, disse que a sugestão do seu grupo foi sempre a da compostagem comunitária. -----

Que não tem nada contra este programa e acha que é um passo em frente, um bom investimento na sensibilização ambiental e na mudança de comportamentos relativamente ao envio de resíduos para o aterro. Que é uma situação que já defende há muito tempo, a de que os circuitos de recolha dos resíduos para a compostagem comunitária são muito importantes para o concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Um pouco por todo o país, há situações bem-sucedidas de recolha de resíduos orgânicos que são tratados quer por empresas, quer pelos próprios municípios, contudo considerou, o processo que se pretende implementar em Paredes de Coura, bastante rudimentar e irrealista por estar afeto a cada munícipe ou a cada família, ou seja, o regulamento pressupõe o acompanhamento do processo durante três anos, a partir da data da assinatura da declaração de compromisso e a colaboração de um técnico que acompanhará a pessoa que recebe o compostor e esta monitorização será feita no domicílio. -----

Acha que é um compromisso exigente porque vai implicar um número de técnicos disponíveis para o acompanhamento e não sabe o número de técnicos que o município dispõe, neste momento. -----

Assim, considerou esta medida um passo, mas que é preciso mais coragem política para investir mais e melhor, quer pelo ambiente, quer pela população e até pelo próprio desenvolvimento na comunicação social. -----

José Augusto Sousa: PPD/PSD-CDS/PP: Recordou que o Presidente da Câmara, apesar de ter falado no valor económico do lixo e na poupança em termos de preço das taxas de resíduos, verificou que no regulamento não havia nenhuma vantagem na tarifa de resíduos para quem tivesse um compostor.-----

Referiu haver cidades e países na Europa em que é pago um valor por cada tipo de resíduos que as pessoas recolhem e entregam, pelo metal, pelo plástico e que isso incentiva a recolha considerando que para a reciclagem os materiais possuem valor económico. -----

Portanto, para promover é necessário dar incentivos financeiros. -----

Lembrou as nossas florestas que precisam de limpeza e de que essa atividade também tem um valor económico, no entanto, no regulamento não tem nenhum instrumento para incentivar as pessoas a realizar esse trabalho. E que as câmaras têm que apoiar.-----

Portanto, se queremos preservar o património dos courenses, vale tudo, desde que dentro das regras definidas, mas que há muitas regras que não são cumpridas. E de que os presidentes das juntas sabem disso muito bem e de que, muitas vezes, nem sequer promovem o seu cumprimento. -----

Portanto, se há um valor económico que é essencial ao ambiente, temos de dar passos no sentido de garantir que as pessoas tenham o benefício económico correspondente, porque salvo raríssimas exceções, as coisas não vão lá por elas próprias.-----

Por fim disse querer fazer uma correção, de que não é a construção civil que emite mais dióxido de carbono para a atmosfera, mas a produção animal e agrícola. -----

A proposta de regulamento do projeto de compostagem do concelho de Paredes de Coura, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 30 votos a favor, sendo 22 do PS, 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP, 2 do PCP/PEV e 1 Independente.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº07 - Intervenção do público.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intervio Quintino Fernandes da Silva sobre a necessidade de reparação de caminhos no lugar de Lamamã, da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende, que considerou estarem em muito mau estado e perigosos à circulação.-----

Presidente da Câmara: Agradeceu a intervenção e disse que, sem interferir nas competências da Junta de Freguesia, irá ao local para avaliar a situação dos caminhos referidos. No entanto, informou que há uma ordem de prioridades, não prometendo a resolução do caso identificado de imediato. -----

Presidente da Assembleia: passou a palavra ao sr. Presidente da Câmara para o encerramento -----

Presidente da Câmara: Disse não ter nada a acrescentar, a não ser o de relevar o papel da oposição para também não pensarem que o PS é um partido que se refugia nas suas convicções e que não é capaz de abraçar e de tomar como boas outras propostas. Disse ainda não gostar da designação de partidos da oposição, mas da de partidos que fazem parte da Assembleia Municipal porque se as suas propostas são boas não vê problemas na proveniência ideológica. Sendo boas para o concelho são boas para todos. -----

ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----